

Guilherme de Souza Nucci

Tribunal do Júri

9.^a edição
revista, atualizada
e reformulada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 06.10.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 5ª edição.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876t
Nucci, Guilherme de Souza

Tribunal do júri / Guilherme de Souza Nucci. – 9. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-596-4207-6

1. Júri -Brasil. 2. Processo penal -Brasil. I. Título.

21-73726

CDU: 343.195(81)

Leandra Felix da Cruz Candido Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

1	JÚRI, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ASPECTOS HISTÓRICOS	1
1.1	Princípios constitucionais do Tribunal do Júri	1
1.1.1	Introdução.....	1
1.1.2	Plenitude de defesa.....	2
1.1.3	Sigilo das votações.....	9
1.1.4	Soberania dos veredictos	12
1.1.5	Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	16
1.2	Júri: direito e garantia humana fundamental	20
1.2.1	O júri como garantia humana fundamental.....	21
1.2.2	O júri como direito humano fundamental	22
1.3	Aspectos históricos relevantes	22
1.4	Órgão do Poder Judiciário.....	25
2	LEGISLAÇÃO COMPARADA.....	27
2.1	Considerações iniciais	27
2.2	Inglaterra e País de Gales	28
2.3	Escócia.....	31
2.4	República da Irlanda	32
2.5	Austrália	32

2.6	Canadá.....	34
2.7	Estados Unidos.....	35
2.8	Portugal.....	38
2.9	Espanha.....	40
2.10	Grécia.....	41
3	PROCEDIMENTO ESPECIAL TRIFÁSICO.....	43
3.1	Visão geral das três fases.....	43
3.1.1	A prisão cautelar nas fases do júri.....	44
3.1.2	Duração da prisão cautelar na primeira fase.....	45
3.2	Juízo de formação da culpa.....	46
3.2.1	Inquérito policial e outras formas de investigação.....	46
3.2.2	Ação penal.....	50
3.2.3	Procedimento.....	51
3.2.4	Decisão judicial de finalização.....	61
3.2.4.1	Pronúncia.....	61
3.2.4.1.1	Conceito.....	61
3.2.4.1.2	Conteúdo e o aforismo <i>in dubio pro societate</i>	61
3.2.4.1.3	Fundamentação: materialidade, autoria e qualificadoras (inclui abordagem da questão relativa à motivação do acórdão).....	66
3.2.4.1.4	Crimes conexos.....	76
3.2.4.1.5	Referências ao tipo penal básico e suas circunstâncias.....	78
3.2.4.1.6	Elemento subjetivo do crime.....	79
3.2.4.1.7	A questão da coautoria e da participação.....	79
3.2.4.1.8	Prisão cautelar na pronúncia.....	80
3.2.4.1.9	Alteração da classificação do crime na pronúncia.....	83
3.2.4.1.10	Intimações necessárias após a pronúncia.....	84
3.2.4.1.11	Modificações da pronúncia após o trânsito em julgado.....	87
3.2.4.1.12	Encaminhamento do processo após a preclusão da pronúncia.....	89
3.2.4.1.13	Prazo para julgamento pelo júri após a pronúncia.....	89
3.2.4.2	Impronúncia.....	90

3.2.4.2.1	Conceito	90
3.2.4.2.2	Conteúdo e fundamentação	91
3.2.4.2.3	Despronúncia	94
3.2.4.2.4	Cabimento de recurso do réu contra a decisão de impronúncia	94
3.2.4.2.5	Possibilidade de instauração de novo processo	95
3.2.4.3	Desclassificação.....	95
3.2.4.3.1	Conceito	95
3.2.4.3.2	Hipóteses legais	95
3.2.4.3.3	Desclassificação de um dos crimes con- exos	96
3.2.4.3.4	A possibilidade de suscitar conflito de competência	97
3.2.4.3.5	Reabertura de prazo para a defesa	98
3.2.4.3.6	Possibilidade de manutenção da prisão do réu em caso de alteração da compe- tência	100
3.2.4.4	Absolvição sumária.....	100
3.2.4.4.1	Conceito e hipóteses legais	100
3.2.4.4.2	Constitucionalidade da absolvição su- mária	104
3.2.4.4.3	Recurso de ofício	104
3.3	Juízo de preparação do plenário	106
3.3.1	Providências iniciais: os requerimentos de provas das partes	106
3.3.2	A supressão do libelo e da contrariedade ao libelo	110
3.3.3	Correlação entre pronúncia e questionário	111
3.3.4	Avaliação das provas	112
3.3.5	Relatório do processo.....	113
3.3.6	Desaforamento	114
3.3.6.1	Conceito.....	114
3.3.6.2	Hipóteses legais	115
3.3.6.3	Procedimento	121
3.3.6.4	Reaforamento	123
3.4	Juízo de mérito.....	124
4	JULGAMENTO EM PLENÁRIO	125
4.1	Organização do Tribunal do Júri	125
4.2	Jurados.....	129
4.2.1	Requisitos e escusas para ser jurado	129

4.2.2	Nível cultural do jurado e a figura do jurado profissional.....	132
4.2.3	Recusas e proibição de exclusão ao serviço do júri	135
4.3	Preparo da sessão de julgamento	137
4.4	As partes em plenário	144
4.4.1	Juiz presidente.....	144
4.4.2	Ministério Público.....	148
4.4.3	Assistente de acusação	150
4.4.4	O acusado e a questão das algemas	151
4.4.5	Defesa	154
4.5	Procedimento em plenário.....	157
4.5.1	Solenidades iniciais e o empréstimo de jurados de outro plenário	157
4.5.2	Verificação da presença das partes e das testemunhas (arroladas em caráter de imprescindibilidade) e formação do Conselho de Sentença	160
4.5.3	Produção de provas	175
4.5.3.1	Inquirição da vítima, das testemunhas e acareação (a questão da retirada do réu de plenário)	175
4.5.3.1.1	Falso testemunho	179
4.5.3.1.2	Inquirição de índio.....	180
4.5.3.2	Relatório do processo e leitura de peças.....	181
4.5.3.3	Perícia.....	182
4.5.3.4	Documentos e prazo para a sua juntada (a questão relativa à folha de antecedentes do réu)	184
4.5.3.5	Interrogatório e referência ao silêncio do réu, ausência de interrogatório, uso de algemas, decisão de pronúncia ou outra subsequente. O registro, a gravação e a transmissão do julgamento	192
4.5.4	Debates em plenário.....	204
4.5.4.1	Tempo para manifestação inicial das partes e limite da acusação	204
4.5.4.1.1	Exigência de protesto da parte após a ocorrência de falha ou vício (a questão do <i>depoimento pessoal</i>)	206
4.5.4.1.2	Utilização de recursos audiovisuais ou outros meios de exposição de teses e argumentos – a questão do tempo específico para isso	207
4.5.4.2	Controle do tempo e a possibilidade de dilação.....	208
4.5.4.3	Acordo das partes em plenário e pedido de absolvição feito pela acusação	209

4.5.4.4	Réu ou sociedade indefesa	211
4.5.4.5	Anterior leitura do libelo	212
4.5.4.6	O direito ao aparte.....	213
4.5.4.7	Réplica e tréplica	215
4.5.4.8	Inovação da tese defensiva na tréplica	216
4.5.4.8.1	Inovação da tese acusatória em plenário	219
4.5.4.9	Pedido de esclarecimento das partes e dos jurados .	220
4.5.5	Finalização em plenário.....	221
4.5.5.1	Fase de esclarecimento aos jurados	221
4.5.5.2	Exposição, explicação dos quesitos e alegação de nulidade	223
5	QUESTIONÁRIO.....	229
5.1	Conceitos de questionário e quesito.....	229
5.2	A redação, a ordem dos quesitos e as consequências da votação.....	233
5.2.1	Fato principal.....	233
5.2.2	Correspondência entre os quesitos e a pronúncia	234
5.2.3	Os quesitos de circunstâncias do fato principal. O reconhecimento de agravantes e atenuantes.....	235
5.2.4	As teses de defesa no questionário.....	237
	• Pelo caráter obrigatório do quesito genérico da defesa	244
5.2.5	As causas de aumento e de diminuição da pena.....	250
5.2.6	Julgamento envolvendo mais de um réu ou mais de um crime	251
5.2.7	Redação objetiva e clara dos quesitos	252
5.2.8	Agravantes e atenuantes.....	253
5.2.9	Método e consequências da votação (a não divulgação do resultado)	254
5.2.10	Julgamento dos crimes conexos.....	256
5.3	Modelos de quesitos relacionados aos crimes dolosos contra a vida....	257
5.3.1	Homicídio	257
5.3.1.1	Homicídio simples	257
5.3.1.2	Homicídio simples hediondo	260
5.3.1.3	Tentativa de homicídio simples	260
5.3.1.4	Homicídio com causa específica de diminuição da pena (homicídio privilegiado).....	261
5.3.1.5	Homicídio qualificado.....	263
5.3.1.5.1	Qualificadoras subjetivas	263
5.3.1.5.2	Qualificadoras objetivas	264
5.3.1.5.3	Feminicídio.....	268

5.3.1.6	Homicídio culposo	268
5.3.1.7	Homicídio com causa de aumento de pena referente a milícia privada e grupo de extermínio ou circunstâncias específicas do feminicídio	270
5.3.2	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação	272
5.3.2.1	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação	272
5.3.2.2	Formas qualificadas pelo resultado lesão grave ou gravíssima	273
5.3.2.3	Forma qualificada pelo resultado morte.....	274
5.3.2.4	Auxílio por omissão	275
5.3.3	Infanticídio	275
5.3.3.1	Infanticídio consumado	277
5.3.3.2	Tentativa de infanticídio.....	279
5.3.3.3	Concurso de pessoas.....	279
	5.3.3.3.1 Coautoria em relação à mãe	279
	5.3.3.3.2 Coautoria em relação a terceiro	281
	5.3.3.3.3 Participação	281
5.3.4	Aborto.....	282
5.3.4.1	Aborto provocado pela gestante	282
5.3.4.2	Tentativa de autoaborto.....	283
5.3.4.3	Participação	283
5.3.4.4	Aborto com o consentimento da gestante	284
5.3.4.5	Aborto causado por terceiro sem o consentimento da gestante.....	285
5.3.4.6	Aborto causado por terceiro com o consentimento da gestante.....	286
5.3.4.7	Hipóteses de crime qualificado pelo resultado: lesão corporal de natureza grave ou morte da gestante	287
5.4	Modelos de quesitos relacionados aos crimes conexos.....	288
5.4.1	Lesões corporais	288
5.4.1.1	Lesão corporal simples	288
5.4.1.2	Lesão corporal grave	289
5.4.1.3	Lesão corporal gravíssima.....	290
5.4.1.4	Lesão corporal seguida de morte.....	291
5.4.1.5	Circunstâncias legais para a diminuição da pena	292
5.4.1.6	Lesão culposa.....	292
5.4.1.7	Causas de aumento de pena para a figura culposa...	293
5.4.1.8	Violência doméstica.....	295

5.4.1.9	Causa de aumento para violência doméstica com resultado qualificador (§§ 1.º a 3.º)	295
5.4.1.10	Causa de aumento de lesão contra autoridade e seus agentes.....	296
5.4.1.11	Qualificadora para agressão contra mulher, por razão da condição do sexo feminino	296
5.4.2	Rixa	296
5.4.3	Crimes contra a honra	298
5.4.3.1	Calúnia	298
5.4.3.1.1	Calúnia por propagação ou divulgação .	299
5.4.3.2	Difamação.....	300
5.4.3.3	Injúria.....	301
5.4.4	Crimes contra a liberdade individual.....	302
5.4.4.1	Constrangimento ilegal.....	302
5.4.4.2	Acumulação material.....	303
5.4.4.3	Ameaça.....	303
5.4.4.4	Perseguição	304
5.4.5	Crimes contra o patrimônio.....	304
5.4.5.1	Furto simples	304
5.4.5.2	Tentativa de furto simples	305
5.4.5.3	Furto qualificado.....	306
5.4.5.4	Roubo simples próprio	306
5.4.5.5	Roubo simples impróprio	308
5.4.5.6	Roubo com causas de aumento (ou qualificado)	308
5.4.5.7	Roubo seguido de morte (latrocínio).....	309
5.4.5.8	Extorsão simples	310
5.4.5.9	Tentativa de extorsão simples	311
5.4.5.10	Extorsão com causa de aumento (ou qualificada) ...	312
5.4.5.11	Extorsão seguida de morte	313
5.4.5.12	Extorsão mediante sequestro simples.....	313
5.4.5.13	Extorsão mediante sequestro com causa de aumento (ou qualificada)	314
5.4.5.14	Extorsão mediante sequestro com resultado morte	315
5.4.6	Crimes contra a liberdade sexual.....	316
5.4.6.1	Estupro	316
5.4.6.2	Estupro com causa de aumento	316
5.4.6.3	Estupro de vulnerável	317
5.4.6.4	Estupro com resultado morte	317
5.4.7	Crime contra a paz pública.....	318
5.4.7.1	Associação criminosa	318

5.4.7.2	Associação criminosa com causa de aumento de pena	319
5.4.7.3	Constituição de milícia privada.....	319
5.4.8	Crimes praticados por particular contra a Administração em geral.....	320
5.4.8.1	Resistência	320
5.4.8.2	Desacato.....	321
5.4.9	Falso testemunho	321
5.5	Teses previstas em lei benéficas à defesa	322
5.5.1	Arrependimento eficaz.....	323
5.5.2	Arrependimento posterior.....	323
5.5.3	Concurso formal	324
5.5.4	Cooperação dolosamente distinta.....	325
5.5.5	Crime continuado	327
5.5.6	Desistência voluntária	328
5.5.7	Embriaguez incompleta decorrente de caso fortuito ou força maior.....	329
5.5.8	Erro de proibição inescusável ou evitável	329
5.5.9	Erro de tipo inescusável ou evitável.....	330
5.5.10	Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	331
5.5.11	Excesso culposo nas excludentes de ilicitude	332
5.5.12	Inimputabilidade.....	333
5.5.13	Participação de menor importância.....	335
5.5.14	Semi-imputabilidade	335
5.6	Teses supraleais benéficas à defesa	336
6	JULGAMENTO NA SALA ESPECIAL.....	339
6.1	Procedimento e sigilo do resultado	339
6.2	Inviabilidade da repetição da votação.....	344
7	SENTENÇA E ATRIBUIÇÕES DO JUIZ PRESIDENTE.....	347
7.1	Formalidades e conteúdo da sentença	347
7.1.1	A prisão cautelar.....	351
7.1.1.1	Prisão para cumprimento da pena	354
7.1.2	O reconhecimento de mais de uma qualificadora	355
7.1.3	As qualificadoras e o seu reconhecimento pelos jurados (inadmissibilidade do reconhecimento como circunstâncias judiciais ou agravantes)	356
7.1.4	Antecedentes do acusado	357

7.2	Desclassificação própria e desclassificação imprópria.....	358
7.3	Desclassificação e suspensão condicional do processo.....	361
7.4	Desclassificação e infração de menor potencial ofensivo	361
7.4.1	A representação da vítima no caso de desclassificação para infração de menor potencial ofensivo.....	363
7.5	Atribuições do presidente do Tribunal do Júri.....	364
8	ATA DO JULGAMENTO	371
8.1	Conteúdo, formalidades e direito de apelar.....	371
8.2	Assinatura da ata	373
9	DOS RECURSOS CABÍVEIS NO ÂMBITO DO JÚRI.....	375
9.1	Disposições gerais	375
9.1.1	O duplo grau de jurisdição e a soberania dos veredictos.....	375
9.1.2	Conceito de recurso	376
9.1.3	Características e efeitos.....	377
9.1.4	Pressupostos de admissibilidade	377
9.1.5	Formalidades para a interposição.....	378
9.1.6	Impedimentos ao processamento ou ao conhecimento dos recursos	378
9.1.7	A fungibilidade dos recursos.....	378
9.1.8	Aproveitamento do recurso no concurso de agentes.....	379
9.2	Recurso em sentido estrito	380
9.2.1	Conceito e prazo para interposição	380
9.2.2	Cabimento.....	380
9.2.2.1	Não recebimento da denúncia ou queixa	381
9.2.2.2	Incompetência do juízo	381
9.2.2.3	Procedência das exceções.....	382
9.2.2.4	Pronúncia	382
9.2.2.4.1	<i>Reformatio in pejus</i>	383
9.2.2.5	Decisão que envolve a liberdade do acusado.....	383
9.2.2.6	Absolvição sumária	384
9.2.2.7	Quebramento e perda da fiança.....	384
9.2.2.8	Extinção da punibilidade	385
9.2.2.9	Indeferimento da decretação da extinção da punibilidade.....	385
9.2.2.10	Decisão concessiva ou denegatória de <i>habeas corpus</i>	385
9.2.2.11	Decisão anulatória do processo	385

9.2.2.12	Inclusão ou exclusão de jurado na lista	386
9.2.2.13	Indeferimento do processamento de apelação ou decretação de deserção	386
9.2.2.14	Suspensão do feito em virtude de questão prejudi- cial	386
9.2.2.15	Julgamento do incidente de falsidade	387
9.2.3	Subida dos autos	387
9.2.4	Efeito do recurso em sentido estrito	388
9.2.5	Recurso da pronúncia e prisão	388
9.2.6	Processamento	389
9.2.6.1	As contrarrazões no caso de rejeição da denúncia ou queixa	390
9.3	Correição parcial	390
9.3.1	Conceito e processamento	390
9.3.2	Cabimento	392
9.4	Reclamação	393
9.4.1	Conceito e processamento	393
9.4.2	Cabimento	394
9.5	Apelação	394
9.5.1	Conceito	394
9.5.2	Cabimento	395
9.5.3	As decisões do Tribunal do Júri	396
9.5.3.1	Nulidade posterior à pronúncia	398
9.5.3.2	Contrariedade da sentença do juiz presidente à lei ou à decisão dos jurados	398
9.5.3.3	Erro ou injustiça na aplicação da pena ou da medida de segurança	399
9.5.3.4	Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos	400
9.5.3.4.1	Legitimidade recursal do Ministério Público	404
9.5.4	Princípio da unirrecorribilidade das decisões	406
9.5.5	A prisão para recorrer	407
9.5.5.1	Alguns fatores para a prisão cautelar	408
9.5.5.2	O prazo para o julgamento da apelação de réu preso e o princípio da razoabilidade	408
9.5.5.3	Deserção	410
9.5.6	Efeitos da apelação	410
9.5.6.1	Prisão para cumprimento de pena	411
9.5.7	Processamento	412

9.6	Protesto por novo júri	415
9.7	Carta testemunhável	416
9.7.1	Conceito	416
9.7.2	Cabimento e processamento	416
9.7.3	Opções do Tribunal ao julgar a carta testemunhável.....	417
9.8	Embargos de declaração	418
9.8.1	Conceito e cabimento	418
9.8.2	Processamento.....	419
9.9	Embargos infringentes e de nulidade.....	420
9.9.1	Conceito	420
9.9.2	Processamento.....	421
9.10	Recurso extraordinário.....	422
9.10.1	Conceito	422
9.10.2	Cabimento.....	422
9.10.3	A repercussão geral da questão constitucional	423
9.10.4	Processamento.....	424
9.10.5	Efeito meramente devolutivo	425
9.11	Recurso especial	425
9.11.1	Conceito	425
9.11.2	Cabimento.....	425
9.11.3	Processamento.....	426
9.11.4	Efeito meramente devolutivo	426
9.12	Recurso ordinário constitucional.....	427
9.12.1	Conceito e cabimento	427
9.12.2	Processamento.....	427
10	DAS AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO CABÍVEIS NO ÂMBITO DO JÚRI..	429
10.1	Disposições gerais	429
10.2	<i>Habeas corpus</i>	430
10.2.1	Conceito	430
10.2.2	Amplitude	430
10.2.3	Espécies e restrições	431
10.2.4	O <i>habeas corpus</i> e a soberania do Tribunal do Júri	431
10.2.5	Cabimento.....	432
10.2.6	Competência.....	435
10.2.7	Legitimidade e processamento	437
10.2.8	<i>Habeas corpus</i> e matéria do júri	443
10.3	Mandado de segurança.....	445
10.3.1	Conceito	445

10.3.2	Admissibilidade em matéria criminal.....	445
10.3.3	Efeito suspensivo a recurso que não o tenha	446
10.3.4	Cabimento.....	447
10.3.5	Liminar	447
10.3.6	Polos ativo e passivo	448
10.3.7	Processamento.....	448
10.4	Revisão criminal.....	449
10.4.1	Conceito	449
10.4.2	Legitimidade.....	450
10.4.3	A revisão criminal e a soberania do Tribunal do Júri	451
10.4.4	Cabimento.....	455
10.4.5	Processamento.....	458
11	ASPECTOS LIGADOS À EXECUÇÃO PENAL	461
11.1	Progressão de regime	461
11.1.1	Crimes hediondos	463
11.2	Remição.....	464
11.3	Livramento condicional	465
11.4	Unificação de penas	468
11.5	Agravo em execução	470
12	QUESTÕES POLÊMICAS.....	473
12.1	Absorção dos crimes relacionados às armas de fogo	473
12.2	Continuidade delitiva no contexto do Tribunal do Júri	475
12.3	Homicídio simples hediondo e questionamento aos jurados.....	476
12.4	Homicídio privilegiado-qualificado	477
12.4.1	Feminicídio.....	477
12.5	Júri Federal.....	481
12.6	Júri e Justiça Especial	482
12.6.1	Justiça eleitoral.....	482
12.6.2	Justiça militar	483
12.7	Mandante e executor: julgamentos separados	484
12.8	Nulidades no procedimento do júri	487
12.8.1	Nulidades referentes à pronúncia	489
12.8.2	Provocação de vício pela parte ou omissão quanto à alegação..	489
12.8.3	Nulidades após a pronúncia	490
12.8.4	Prova do prejuízo.....	490
12.9	Teses defensivas envolvendo excludentes supralegais de Direito Penal	491
12.9.1	A tese da inexigibilidade de conduta diversa	491

12.9.2	O excesso exculpante	492
12.9.3	O excesso acidental	492
12.10	Anulação do julgamento pelo júri e respeito ao princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i>	492
12.11	Competência para o julgamento de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação (art. 122, CP)	495
12.12	A tese defensiva da legítima defesa da honra no cenário do feminicídio, o julgamento do Supremo Tribunal Federal e seus desdobramentos ...	498
13	ROTEIRO GERAL	517
	BIBLIOGRAFIA	525
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	533
	APÊNDICE	541
	OBRAS DO AUTOR	585